
PATRULHA RURAL GEORREFERENCIADA NO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR VILHENA – RO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA¹

Allison Souza Pessoa

Polícia Militar do Estado de Rondônia - PMRO

Tiago Teixeira Ghilardi

Valdinei Teixeira da Silva

Polícia Militar do Estado de Rondônia - PMRO

Ione Grace do Nascimento Cidade Konzen (Orientadora)

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON

RESUMO

Este trabalho teve como objetivos demonstrar a importância do patrulhamento rural e apresentar uma proposta contendo a nova forma de policiamento orientado e georreferenciado para a zona rural da área de responsabilidade do 3º Batalhão da Polícia Militar – 3º BPM, localizado em Vilhena/Rondônia. O estudo pressupõe reduzir a incidência de ilícitos na área rural, bem como aumentar a proximidade do homem do campo com o estado através da presença efetiva da PMRO, resultando numa maior confiabilidade e conseguinte aumento da sensação de segurança da comunidade. Partiu da seguinte indagação: visto que em razão da localização geográfica do Estado, que faz fronteira com a Bolívia, não é raro as guarnições depararam-se com situações de ilícitos internacionais com participação de elementos de alta periculosidade e também outros delitos, que impõem mudança rápida e drástica no plano de patrulhamento estabelecido, a Polícia Militar dispõe de um preparo para atuar no patrulhamento rural e que considere tais fatores intervenientes? Para tanto, utilizou a metodologia de Revisão Integrativa de Literatura, onde foi utilizado publicações científicas junto as fontes indexadas ao SCIELO – Scientific Electronic Library Online, buscando artigos pertinentes a temática estudada a partir dos descritores citados nas palavras-chave. De natureza aplicada, a pesquisa assumiu ainda o caráter qualitativo e teve um delineamento do tipo exploratório, que tem a função de aumentar o conhecimento sobre o fenômeno, o esclarecimento de conceitos, a definição de prioridades para futuras pesquisas, além de informações sobre a aplicabilidade prática em situações de vida real; e descritivo, com a função de apresentar características teóricas sobre política de gestão de pessoas e modelo de gestão por competência, afim de, a partir dos resultados encontrados, possibilitar a produção de outros conhecimentos. A análise dos dados deu-se por meio da Análise de Conteúdo, identificada como adequado para esta pesquisa. Portanto, o trabalho apontou que, aliada ao preparo consistente da tropa, o contato com as pessoas de bem que moram na área rural, possibilitará que a Polícia Militar possa prestar um serviço de excelência à comunidade.

Palavras-chave: Patrulhamento Rural. Patrulhamento Georreferenciado. Polícia Militar.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado como requisito para conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – Emeron, em novembro de 2020.

INTRODUÇÃO

No Estado de Rondônia, principalmente onde se encontram as maiores propriedades rurais, tem-se notado o aumento da incidência de ilícitos, onde os agentes agem de forma cada vez mais organizada, denotando alto poder de articulação aliado a uma capacidade organizacional e operacional que merecem atenção especial por parte dos órgãos de segurança pública. Nesse contexto faz-se necessário adotar novas formas de atuação por parte dos órgãos de segurança pública, em especial da Polícia Militar do Estado de Rondônia – PMRO, que atua na área do Comando Regional de Policiamento – CRPIII, através do 3º Batalhão de Polícia Militar – 3º BPM, com sede no Município de Vilhena – RO, 4º Batalhão de Polícia Militar, com sede no município de Cacoal – RO, e suas respectivas Frações.

O 3º Batalhão de Polícia Militar com sede na cidade de Vilhena – RO possui a seguinte estrutura organizacional: Gabinete do Comandante; Seção Operacional (P-3), responsável pelo emprego operacional dos policiais; Seção Administrativa (P1), responsável pelas escriturações e controle do efetivo; Seção Logística (P-4), responsável pelo controle patrimonial; Seção de comunicação social (P-5), responsável pela divulgação de resultados e marketing organizacional da Unidade e Seção de Justiça e Disciplina (P-6), responsável pelos procedimentos investigativos e pela disciplina da tropa; 1ª, 2ª, Companhias de Polícia militar - CIA PM responsáveis pelos serviços operacionais desenvolvidos na sede da Unidade e município de Chupinguaia; 3ª e 4ª Companhias de Polícia militar - CIA PM responsáveis pelos serviços operacionais e administrativos desenvolvidos nos municípios de Cerejeiras, Colorado do Oeste, Cabixi, Pimenteiras do Oeste e Corumbiara. O Batalhão é responsável pelo Policiamento ostensivo preventivo e repressivo em sua área de atuação.

A composição da economia da área de atuação da Unidade baseia-se na produção agrícola, pecuária e comércio de produtos e serviços. A atividade agropecuária é a mais importante da região, fato que a torna alvo de ações de criminosos que atuam no ambiente rural, gerando perturbação da ordem pública e

intranquilidade para os produtores rurais. Pensando nisso, o Comando da Unidade verificou a necessidade em se implementar ações de segurança pública que atendam a comunidade rural valendo-se de ferramentas adequadas, aos moldes do projeto que está sendo desenvolvido no 7º Batalhão de Polícia Militar (Ariquemes – RO); ambos inspirados no projeto “Patrulha rural georeferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária” da Polícia Militar do Estado de Goiás – PMGO, o qual teve excelentes resultados naquele Estado.

Através da análise criminal se realizou levantamento dos problemas, suas causas, efeitos e possíveis soluções, valendo-se ainda da correta elaboração de estatísticas criminais através de obtenção e tratamento de dados, informações, análises, compartimentações e, a partir destes, proporcionou o estabelecimento de estratégias de ação, de forma que o enfrentamento da criminalidade e da violência a partir do Diagnóstico Criminal, o qual permitiu a formulação de ações de segurança pública muito mais próximas da realidade e dirigidas ao atendimento das causas, não só das manifestações da violência, provendo subsídios mais adequados para as ações de prevenção, repressão e de assistência às vítimas. Proporcionando ao comando do 3º BPM conhecimento pleno das características dos crimes que ocorrem em sua área (horário, local, modus operandi, etc), possibilitando o desenvolvimento de um trabalho orientado, direcionando o policiamento para onde é necessário.

Atualmente a Unidade realiza o Patrulhamento Rural de forma rotineira através do PATAMO/3º BPM, por no mínimo uma Guarnição tipo “C”, a qual é submetida a um regime de escala tipo 05 (08x16 – 08x16 – 08x16) conforme Plano de Policiamento do Estado de Rondônia. As ações desenvolvidas pelo PATAMO são traçadas levando-se em consideração dados estatísticos com o escopo de cobrir a mancha criminal da área rural. A equipe é formada atualmente por vinte e três (23) policiais militares que conhecem a região. Cabe ressaltar que este policiamento está sendo realizado de forma parcial devido incapacidade logística do Grupo e falta de treinamento adequado e continuado.

Em 2019 houve um aumento de significativo na incidência de ilícitos na área rural, entre estes podemos destacar o roubo simples, roubo com restrição de liberdade, furto, porte ilegal de arma de fogo, esbulho possessório, homicídio, tráfico de entorpecentes, entre outros. Em 2020 o 3º BPM iniciou as atividades da operação HÓRUS, de iniciativa do Ministério da Justiça e segurança pública, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, de março a setembro de 2020 foram registradas 110 (cento e dez) ocorrência das mais variadas naturezas, 123 (cento e vinte e três) pessoas foram presas em flagrante de delito, 1136 (um mil cento e trinta e seis) munições e sessenta e quatro armas de fogo foram apreendidas, cerca de 01 (um) Kg de substância entorpecente e vários itens de origem ilegal ou utilizados para a prática de ilícito foram apreendidos, ainda foram confeccionados 79 (setenta e nove) autos de infração ambiental. Contudo as ações da operação em epígrafe são caráter predominantemente repressivos, surgindo assim a necessidade de desenvolver ações de cunho preventivo junto à comunidade rural.

Diante do exposto, este trabalho buscou demonstrar a importância do patrulhamento rural e apresentar uma proposta contemplando a nova forma de policiamento orientado e georreferenciado, para a zona rural da área de responsabilidade do 3º Batalhão da Polícia Militar – 3º BPM, localizado em Vilhena/Rondônia

BASE TEÓRICA

PARCERIA COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição Federal brasileira trata com especialidade, em seu título V, sobre a defesa do Estado e das instituições democráticas, bem como no capítulo III versa sobre a segurança pública. Segundo Vinicius Melo Roldão, em seu artigo “Patrulha rural georeferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária” (2018), mais

precisamente no art. 144, a Constituição Federal aponta instrumentos a serem empregados para a consecução dos objetivos do país, e preceitua que: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (BRASIL, 1988, art. 144).

Roldão (2018, p35) em sua análise afirma que:

[...] a segurança pública é direito e responsabilidade de todos. Sendo assim, as questões relacionadas à prevenção do crime não são de atribuição exclusiva da polícia. A sociedade também é responsável por essa política de prevenção, de modo que deve haver uma aproximação entre ela e o Estado, a fim de uma melhor qualidade de vida, e, conseqüentemente, uma diminuição da criminalidade.

O autor acrescenta que:

Uma das instituições que são fundamentais para o bom funcionamento do aparato público é a Polícia Militar, que desempenha o papel de preservação da ordem pública, em âmbito estadual, e que exerce sua função como forma de manter uma sociedade livre e democrática. (ROLDÃO, 2018, p3).

O aumento da violência atinge não apenas a sociedade, mas também o Estado, e até mesmo a própria polícia. Assim, Roldão (2018) reafirma que todos esses setores da sociedade, por possuírem o mesmo sentimento, têm um objetivo em comum, que é a paz e uma melhor qualidade de vida, alertando que, para isso se tornar realidade, é necessário a ordenação da potencialidade da sociedade e do Poder Público em torno desse ideal comum, que é uma segurança pública de qualidade, justa, cooperativa e interativa.

De acordo com Roldão (2018, p. 04):

Os indivíduos, como legítimos responsáveis pela segurança pública, ao se envolverem em uma política de policiamento comunitário, assumem suas responsabilidades como cidadãos. Se cada um exercer suas devidas atribuições na sociedade, e houver uma interação entre o polícia e a comunidade, haverá maior sensação de segurança e confiança mútua entre os cidadãos e os órgãos de segurança pública. O resultado disso é a potencialização da troca de informação entre ambos e efetividade nas ações de redução da criminalidade.

Corroborando o mesmo entendimento, Jean Claude Chesnais (1999) já apontava, o que em sua visão eram as causas do aumento desenfreado da violência no Brasil, dentre as principais citava:

Um aumento das desigualdades e, sobretudo, da percepção das mesmas, devido à grande penetração da televisão. A televisão valoriza objetos simbólicos e exalta o consumismo; ela induz a desejar roupas, equipamentos, carros, lindas garotas, etc. Essas coisas estão, freqüentemente, fora de alcance, o que provoca uma frustração crescente, insuportável numa sociedade polarizada pela coexistência de uma oligarquia riquíssima (São Paulo é, depois de Nova Iorque, a cidade com maior número de jatos particulares) e de massas miseráveis.

O autor pontua ainda,

A sociedade brasileira é uma das mais desiguais, uma das mais estratificadas que existem. Aqui se encontra a mais extrema pobreza ao lado da mais fabulosa riqueza. Continua sendo o país dos privilégios pois a recessão econômica diminuiu a mobilidade social. O excesso de riqueza ostentada é vivido por muitos como uma provocação, daí a tentação do roubo e do dinheiro fácil.

Como fatores sociais o autor cita ainda a omissão do Estado na prevenção e repressão da violência. Nesse diapasão temos de acordo com o artigo, a escola como fator decisivo e que em razão de seus problemas, como educação deficiente, baixo salário dos professores, profissionais desmotivados, evasão escolar, drogas nas escolas, causa um agravamento na escalada da violência.

De acordo com Márcia Regina da Costa (1999), em seu artigo intitulado “A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?”, existe uma busca pelo lucro fácil, lucro a todo custo, que fomenta e permeia o imaginário do delinquente na busca pelo lucro a qualquer custo, o que é exponencializado através da mídia e traz a ostentação, o consumo desenfreado, possibilitando assim na visão da autora as condições para que desenvolvesse a noção de que no Brasil estaríamos imersos em uma cultura da delinquência.

Ainda de acordo com mesma autora,

Graças ao capitalismo, idealizamos em escala quase mundial o lucro como valor supremo e o consumo como fonte mágica de superação de dores e angústias em direção ao prazer e à felicidade. Ao mesmo tempo, essa ideologia do lucro a qualquer preço é o que está na base das organizações mafiosas e cartéis do crime, no desvio de dinheiro por políticos sem escrúpulos, corrupção de policiais ou mesmo na ação instrumental de gangues que matam as vítimas para satisfazer o desejo de comprar um tênis, drogas ou qualquer outra coisa que possa ser adquirida no primeiro shopping center. O desejo de consumir e de não aceitar limites para a satisfação de qualquer tipo de prazer informa condutas em que o homicídio ou a destruição de outro ser humano é realizado em suas últimas consequências. O problema é que essa "ideologia" capitalista está tão entranhada em nossos corpos e consciências que, em geral, acabamos por atribuir um caráter não ideológico a muitas dessas violências contemporâneas. (COSTA, 1999).

Para a autora a causa da grande violência no Brasil além, do que se discute como os problemas socioambientais, o ódio, a falta de empatia leva ao que conhecemos como violência, onde mesmo pessoas com condições financeiras acima da média (ela traz o caso dos jovens em Brasília que atearam fogo ao índio Pataxó em 2001), são capazes de atos de crueldade com seu semelhante, por simplesmente não perceberem no outro, o ser igual a ele, ou seja, a violência não distingue classe social, grau de escolaridade, nem condição socioeconômica, atinge a todos.

Pontua que,

O ódio ao outro, a negação do outro, o prazer em destruir o semelhante, presentes em muitas das violências contemporâneas podem não ser ideológicas apenas em um sentido restrito ao termo. Esses atos desnudam a face sombria presente nessas sociedades em que a solidariedade e a identificação com o outro ser humano estão em constante perigo. (COSTA, 1999).

Nesse passo fica patente a importância da comunidade na elaboração de ações de combate à criminalidade. Assim, conforme sugerem os autores, para a execução do presente faz-se necessária uma sensibilização da comunidade quanto as dificuldades operacionais da PMRO, as quais podem ser transpostas através de ações conjuntas entre polícia militar, comunidade civil, comunidade de negócios, associações, poderes públicos locais, entre outros.

O PROJETO PATRULHA RURAL GEOREFERENCIADA DA PMGO

Visando promover uma maior aproximação entre a Polícia Militar e a comunidade rural, surgiu a ideia de mudança no policiamento ostensivo através de práticas de policiamento comunitário, com mudanças através do implemento de novas tecnologias e novos atores. Diante da necessidade de se estabelecer um vínculo de confiança com cada produtor rural da região, para êxito da medida visando assim a diminuição dos índices de criminalidade na zona rural. De acordo com Roldão (2018), é necessário estabelecer uma sequência de ações para direcionar os esforços nesse sentido.

O objetivo inicial, é realizar um cadastro de todas as propriedades rurais da região, objetivando a criação de um banco de dados rico em informações úteis para a área de segurança pública. A seguir então, planejar as ações do policiamento comunitário rural com uma melhor distribuição das equipes dentro da extensa área territorial rural. Concomitante a isso é necessário buscar sempre a aproximação com os moradores dessas regiões, a fim de conhecer as demandas existentes, e, então, firmar uma parceria com vistas à redução da criminalidade. (ROLDÃO, 2018).

Portanto, conforme sugere Roldão (2018) e tem como experiência a PMGO (2020), é fundamental despertar nos produtores rurais o comprometimento e responsabilidade com a segurança pública, mudando suas condutas para não serem vulneráveis a ações de criminosos. No mais, deve haver troca de informações com toda a comunidade, para que se possa tornar eficaz o trabalho policial ostensivo e preventivo nessas regiões longínquas.

Também, como as propriedades rurais diferentemente da área urbana que possuem ruas, avenidas, quadras, bairros, identificados, estas aqui apresentam dificuldade na informação de sua localização e se torna algo complexo quando não se conhece a região, somado a extensão territorial da zona rural, fica muito difícil uma rápida localização da propriedade em perigo.

Dado a esses aspectos a identificação das propriedades rurais assume um sentido mais subjetivo, o que dificulta o entendimento massivo da corporação acerca da localização da propriedade em questão. Para facilitar a localização das propriedades de forma objetiva e ampla, é necessário um georreferenciamento da localidade. (ROLDÃO, 2018).

Desta forma, a Patrulha Rural georeferenciada da PMGO (2020) tem por objetivo estreitar o vínculo de confiança entre os produtores rurais e a Polícia Militar, facilitando a localização das propriedades e garantir mais segurança no atendimento às comunidades que vivem e trabalham no campo. Conforme registra a (2020), a tecnologia passou a ser uma forte aliada no combate aos crimes praticados nas propriedades rurais, a exemplo de furtos e roubos, conferindo mais agilidade nos atendimentos às ocorrências e intensificando a eficiência na segurança rural.

A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA E O 3º BPM DE VILHENA

Breve Histórico da Guarda Territorial de Rondônia

Com a criação do Território Federal do Guaporé (atual Rondônia) pelo Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, com áreas desmembradas dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, o Governador, então Cel. Aluizio Ferreira, necessitando de uma organização institucional para a manutenção da ordem e mão de obra na execução de trabalhos públicos, baixou o Decreto nº 1 de 11 de fevereiro de 1944 criando a Guarda Territorial, corporação de caráter civil, ficando constituída de:

- a) – Comando;
- b) – Chefes de Guardas.

Guardas Territoriais

O Comando da Guarda Territorial, foi exercido por um Oficial do Exército, de preferência, auxiliado por uma Secretária e cinco Assistentes. A cargo da secretaria ficando o expediente da Corporação, serviços de fundos e o Almojarifado, sendo estes serviços executado por um chefe, substituto eventual do Comandante, um Tesoureiro-Almojarife, um Adjunto e um Datilógrafo. Os guardas eram encarregados dos serviços de vigilância, manutenção da ordem, construção e conservação de edifício, estradas e caminhos e em geral de todos os trabalhos de utilidade pública, relacionado com o saneamento, transporte, povoamento, colonização e incrementos da produção do Território, dirigidos pelos chefes de Guardas.

Os guardas e chefes de guardas foram recrutados e escolhidos entre os elementos que possuíam a necessária aptidão para a execução dos trabalhos especificados, devendo os Chefes de guardas demonstrar capacidade de direção, devendo ser preferencialmente, reservistas e casados. Sendo o alistamento feito para servir dois anos, no mínimo; permanecendo na corporação enquanto prestarem bons serviços, podendo ser excluídos a qualquer tempo.

O cargo do Comandante, Chefe de Secretaria, Tesoureiro-almojarife, adjunto, Assistente e Datilógrafos, eram de livre nomeação e demissão do Governador. Os chefes de guardas e guardas pelo Comandante da Guarda Territorial.

Na instrução era obrigatória a educação física, militar e profissional. Quanto ao uniforme foi adotado um simples, de acordo com o seu caráter civil. Os guardas territoriais em serviço de vigilância e manutenção da ordem, eram armados de fuzis e pistolas automáticas.

Em 1º de março de 1944, o Governador do Território, criou o primeiro posto da Guarda Territorial em Guajará-Mirim, baixando decreto nº 6, nos termos do Decreto nº 1 de 11 de fevereiro de 1944.

Em 19 de março de 1944, o Governador baixou o decreto nº 19, alterando as disposições do Decreto Territorial nº 1, acrescentando dois assistentes nos serviços da secretaria e três ajudantes, acrescentando a banda de música constando de seis

músicos de primeira classe, oito de segunda e onze de terceira, dirigido por um assistente e para auxiliá-lo um Ajudante, sendo a admissão e exclusão feita pelo Comandante da Guarda Territorial.

A Guarda Territorial foi profundamente modificada em sua estrutura, tornando-se praticamente insubstituível o Decreto Territorial nº 1 de 11 de fevereiro de 1944, considerando-se que os elementos da Guarda Territorial, não obstante o caráter civil desta, não podiam ficar sujeitos exclusivamente aos Estatutos dos Funcionários Públicos Civis, pela natureza dos trabalhos que os seus membros deviam prestar (serviços permanente à noite sem pagamentos extraordinários) e sua organização que era muito semelhante a das Polícias Militares, bem como a necessidade de estabelecer de imediato, em caráter provisório e até posterior aprovação pelo Ministro da Justiça e enquanto não fosse padronizado o Regulamento definitivo da Guarda Territorial, uma estrutura compatível com as finalidades que lhe cabiam como órgão auxiliar da administração.

O Decreto nº 33 de 1 de fevereiro de 1947 estabeleceu a subordinação da Guarda Territorial diretamente ao Governador, com competência para manutenção da ordem, construção e conservação de edifícios, estradas e caminhos em geral, a todos os trabalhos de utilidade pública relacionados com saneamento, transporte, povoamento, colonização e incrementos da produção do Território, cooperando com a Divisão de Segurança a Guarda no serviço de vigilância.

O Comandante da Guarda Territorial de preferência seria um Oficial do Exército; o Subcomandante, Assistentes e Ajudantes, de preferência eram escolhidos entre os Oficiais, Sub Tenentes e Sargentos da ativa e da Reserva do Exército; sendo os chefes de guarda admitidos e dispensados pelo Comandante da Guarda Territorial, ficando também decidido que todos os componentes da GT ficariam sujeitos disciplinarmente no que se assemelhar ao Regulamento Disciplinar Exército, cabendo ao Comandante aplicar as penalidades, até o limite previsto para os Comandantes das Unidades e dentro do seguinte critério: Subcomandante e Assistentes, assemelhados aos Oficiais das Forças Armada, os Ajudantes assemelhados aos Sub Tenentes e

Sargentos, os Chefes de Guardas assemelhados aos Cabos, os Guardas e Músicos assemelhados os Soldados.

No Decreto nº 131 de 1 de setembro de 1949, o Governador do Território baixou normas dispondo sobre a nomeação dos Assistentes e Ajudantes da Guarda Territorial, ficando ingresso nas respectivas mediante prova de seleção, organizada pelo Comando da Corporação e submetidas a aprovação do Governador do Território, autoridade a quem compete a nomeação dos candidatos. Pelo Decreto nº 215 de 26 de Junho de 1951 o Governador criou o Posto de Guarda Territorial (PGT) em Vila de Rondônia com atribuições em toda a região compreendida pelo Rio Ji-Paraná, subordinado ao SEREGIPA, até sua extinção, quando passará ser subordinado ao Comandante da Guarda Territorial; será chefiado por um assistente da Guarda Territorial e terá o efetivo variável, a critério do Governador com as atribuições inerentes a da Guarda Territorial (GT).

Pelo Decreto nº 241 de 21 de agosto de 1952, o Governador substitui a sede do PGT de Vila de Rondônia para a localidade de Tabajara, com a incumbência de designar Guardas, para sob a direção de um Chefe de Guarda, constituírem destacamentos com o efetivo variável, a critério do Comando da Guarda Territorial.

Registra-se ainda que, em Decreto nº 316 de 14 de setembro de 1955 o Governador subordinou o Serviço de Equipamento de Viaturas (SEV) ao Comando da Guarda Territorial, tendo em vista as necessidades, em 09 de Abril de 1956 o Governador do Território, pelo Decreto de nº 323 da nova subordinação ao S.E.V. passando diretamente a Divisão de Obras, e, em Decreto de nº 486 de 14 de novembro de 1966 o Governador do Território cria o Serviço Social (SESO) da Guarda Territorial, cujo chefe foi nomeado um dos Inspectores da GT, designado pelo respectivo Comandante em Boletim Interno da Corporação, tendo por principal finalidade prestar assistência aos familiares dos componentes da Guarda Territorial, mediante funcionamento da cantina reembolsável, barbearia e alfaiataria e outros que poderão ser criados na medida que se fizerem necessários.

O Tesoureiro de SESO foi designado pelo Comandante da Guarda Territorial, ficando criando também uma Carteira de Construções, destinado a feitura de residências para os que ainda não possuem, remodelação das casas próprias de Guardas, mediante escala de prioridade, dentro das disponibilidades de numerário do SESO.

Com base no Decreto nº 611 de 23 de Junho de 1971, o Governador estabeleceu normas para o sistema de promoção dos Guardas e Inspetores da Guarda Territorial, os quais concorrerem à promoção da classe “A” nível 14 e classe “B” nível 15 série de classe de Inspetores da Guarda Territorial equivalente aos postos de Tenente e Capitão respectivamente, os candidatos possuidores de certificados de curso de Oficiais, expedido por Escolas de Formação de Oficiais e para efeito de ingresso na Classe “A” nível 14 de Inspetor da GT. O Certificado de conclusão de curso de Oficial equivalia ao concurso público exigido por lei.

Quanto à promoção para a classe “D” nível 13 da série de classe de Guarda Territorial, equivalente às graduações de Sargentos e Músicos, somente admitia os candidatos que possuírem esses cursos feitos em Escolas de Formação. E, para concorrer à promoção para a classe “C” nível 12 era exigido o Curso de Cabo.

Para efeito de ingressos nas classes especificadas, era exigido, portanto, certificados emitidos nos cursos de Formação específica e teriam validade de concurso público, ficando como competência do Comandante da Guarda Territorial fornecer quando solicitado, à comissão permanente de promoção, a relação dos candidatos à promoção em ordem cronológica, obedecendo aos critérios de merecimento e antiguidade. O Governador baixou este Decreto, visando a transformação da Guarda Territorial em Polícia Militar.

O decreto nº 864, de 09 de setembro de 1977, extinguiu a Guarda Territorial e criou a Polícia Militar do Estado de Rondônia, oportunizando aos integrantes da Guarda o ingresso na polícia militar, bem como a incorporação dos bens e orçamentos da Guarda a Polícia Militar.

Breve Histórico do 3º BPM de Vilhena

A Polícia Militar do Estado de Rondônia teve sua presença em Vilhena no ano de 1973 com a instalação de uma Delegacia Especial com cinco policiais, que tinha como área de responsabilidade a região do Cone Sul rondoniense, até o Município de Pontes e Lacerda/MT.

No ano de 1975, foi criado o primeiro destacamento policial militar, ainda sem designação operacional, na então Vila de Vilhena. Em 23 de novembro de 1977 a Vila de Vilhena foi elevada à categoria de Município e no ano de 1980 o Município de Vilhena passa a contar com um Pelotão Policial Militar, com um GP PM destacado em Colorado do Oeste.

Em 1982 é ativada em Vilhena a 3ª CIA do 1º BPM e nesse mesmo ano é ativado um GP PM no então Distrito de Cerejeiras. Finalmente em 03 de agosto de 1988, através do Decreto nº 3856 foi ativado o 3º Batalhão de Polícia Militar. No mesmo ano, em 22 de outubro, o Comandante Geral da PMRO inaugurou o 3º BPM, designando ao mesmo o título honorífico de “O GUARDIÃO DO PORTAL DA AMAZÔNIA”.

Por fim, em 26 de novembro de 1993, o 3º BPM recebeu a designação de “Batalhão Governador Jorge Teixeira de Oliveira”. Atualmente o 3º BPM está presente em onze localidades da região do Cone-sul do Estado de Rondônia: nos municípios de Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Corumbiara, Pimenteiras e Chupinguaia; e nos Distritos de Nova Conquista, Novo Plano, Guaporé e Boa Esperança.

O 3º BPM, realizando policiamento de Rádio Patrulha, Trânsito Urbano e Rodoviário, Operações Especiais, Guarda de Presídios, Força Tática e outros, é por excelência a vanguarda da PM/RO no estado de Rondônia.

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Fruto de uma filosofia de policiamento que ganhou força nas décadas de 70 e 80, o Policiamento Comunitário, surgiu no momento em que as organizações policiais

em diversos países da América do Norte e da Europa Ocidental começaram a promover uma série de inovações na sua estrutura e funcionamento e na forma de lidar com o problema da criminalidade. Em países diferentes, as organizações policiais promoveram experiências e inovações com características diferentes. Mas, algumas destas experiências e inovações são geralmente reconhecidas como a base de um novo modelo de polícia, orientada para um novo tipo de policiamento, mais voltado para a comunidade, que ficou conhecido como policiamento comunitário. Conforme Neto (2004, p.110), é:

Um estilo de policiamento comunitário centrado no estabelecimento de postos de polícia denominados Koban foi implantado no Japão após a 2ª Guerra Mundial, resultado da combinação de um modelo tradicional de polícia desenvolvido no Japão no século XIX e ideais democráticos norte-americanos (Bayley; Skolnick, 2002:52). Entretanto, foi apenas nas décadas de 70 e 80, com o desenvolvimento de experiências de policiamento na América do Norte e Europa Ocidental que esse tipo de policiamento tornou-se mais conhecido internacionalmente.

De acordo com Neto (2004, p.103), quatro inovações são consideradas essenciais para o desenvolvimento do policiamento comunitário, são elas:

- Organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade;
- Reorientação das atividades de policiamento para enfatizar os serviços não emergenciais e para organizar e mobilizar a comunidade para participar da prevenção do crime;
- Descentralização do comando da polícia por áreas; e
- Participação de pessoas civis, não-policiais, no planejamento, execução, monitoramento e/ou avaliação das atividades de policiamento.

Também, conforme estudos de processos de implantação do policiamento comunitário em diversos países apontam quatro fatores cruciais para a implantação e consolidação deste tipo de policiamento (BAYLEY & SKOLNICK, 2001, p.233-236, apud NETO, 2004, p.104):

- Envolvimento enérgico e permanente do chefe com os valores e implicações de uma polícia voltada para a prevenção do crime;
- Motivação dos profissionais de polícia por parte do chefe de polícia;
- Defesa e consolidação das inovações realizadas;
- Apoio público, da sociedade, do governo e da mídia.

É importante destacar também a observação de Neto (2004, p.104) sobre o papel das lideranças da polícia, como “fundamental para iniciar e sustentar experiências e inovações visando à introdução do policiamento comunitário”. É o apoio das principais lideranças da Instituição que viabilizará a busca de soluções quando as resistências para a não implantação do policiamento comunitário forem apresentadas ou que atuará para mitigar os riscos no processo de sua execução desse tipo de policiamento.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa de natureza **aplicada**, também assumiu o caráter **qualitativo** uma vez que buscou demonstrar a importância do patrulhamento rural e apresentar uma proposta contemplando a nova forma de policiamento orientado e georreferenciado para a zona rural da área de responsabilidade do 3º Batalhão da Polícia Militar – 3º BPM, localizado em Vilhena/Rondônia. Para a definição quanto à forma de abordagem da questão investigada, consideramos a afirmação de Creswell (2007, p.38), ao dizer que:

[...] se um conceito ou fenômeno precisa ser entendido pelo fato de ter sido feita pouca pesquisa sobre ele, então é melhor uma técnica qualitativa, [acrescentando que esta também é] útil quando o pesquisador não conhece as variáveis importantes a examinar.

Teve um delineamento do tipo **exploratório**, que tem a função de aumentar o conhecimento sobre o fenômeno, o esclarecimento de conceitos, a definição de prioridades para futuras pesquisas, além de informações sobre a aplicabilidade prática em situações de vida real, considerando que não foram localizados outros estudos sobre a aplicação do modelo gerencial de policiamento orientado e georreferenciado para a zona rural; e **descritivo**, com a função de apresentar características da aplicação do modelo gerencial de policiamento rural georreferenciado, afim de, a partir dos resultados encontrados, possibilitar a produção de outros conhecimentos, bem

como apresentar um projeto de implantação do modelo no âmbito do 3º BPM de Vilhena/Rondônia.

No entendimento de Vergara (2005), o universo da pesquisa é considerado como um conjunto de elementos selecionados de acordo com algum critério de representatividade. Assim, para a coleta de **dados secundários**, foi utilizada a metodologia Revisão Integrativa de Literatura, onde foram localizadas publicações científicas juntas as fontes indexadas ao SCIELO – *Scientific Eletronic Library Online*, buscando artigos pertinentes a temática estudada a partir dos descritores citados nas palavras-chave: patrulhamento rural, patrulhamento georreferenciado e polícia militar.

RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa teve como objetivos: 1) demonstrar a importância do patrulhamento rural - o que foi evidenciado nas seções anteriores; e, 2) apresentar uma proposta contemplando a nova forma de policiamento orientado e georreferenciado para a zona rural da área de responsabilidade do 3º Batalhão da Polícia Militar – 3º BPM, localizado em Vilhena/Rondônia.

Implantar um novo modelo de policiamento de forma orientada à solução do problema, visando levar a paz social ao homem do campo, valendo-se de ferramentas específicas, gerando assim uma diminuição da incidência de ilícitos na zona rural, gerando um aumento da sensação de segurança da comunidade, mostrou-se como estratégia oportuna diante do atual contexto de segurança pública, com destaque para a zona rural. Para tanto, com o fito de atender ao segundo objetivo do estudo, apresenta-se a proposta de policiamento rural georreferenciado para o 3º BPM, descrito conforme segue:

PROPOSTA DE POLICIAMENTO RURAL GEORREFERENCIADO PARA O 3º BPM

Para implantar o modelo de policiamento rural georreferenciado, que se fundamenta em ações gerenciais pensadas estrategicamente, sugere-se para 3º BPM:

- ✓ Adotar ações de patrulhamento rural que atendam as demandas da área de responsabilidade do 3º BPM;
- ✓ Promover treinamento aos policiais que atuam na zona rural sob a responsabilidade do 3º BPM;
- ✓ Executar ações, aos moldes da filosofia de policiamento comunitário, através de visitas às propriedades rurais, onde será informado sobre o projeto, bem como colhidos dados sobre a propriedade e proprietário;
- ✓ Criar um banco de dados para agrupar as informações colhidas na primeira visita;
- ✓ Formar um grupo no aplicativo de WhatsApp, facilitando a comunicação e troca de informações e solicitações das equipes. Essa ferramenta é essencial na zona rural, posto que, em algumas localidades, não há sinal telefônico, mas apenas de internet rural.
- ✓ Atribuir à propriedade rural cadastrada um número sequencial de cadastro para a identificação da propriedade de forma objetiva e rápida. Após, gerar o número de cadastro, confeccionar uma placa de identificação a ser afixada em local visível e estratégico na propriedade. A placa, em material de PVC, deverá possuir dimensões de 60X43cm e conter as seguintes informações: título do projeto, número de cadastro, unidade e telefones de contato da Unidade Policial Militar da área. Essa placa de identificação deverá ser custeada pelo próprio morador.
- ✓ Estabelecer parceria com os sindicatos rurais locais. Esses organismos sociais são representativos dos produtores rurais e possuem uma política de parceria muito eficaz em relação à segurança pública.

Metodologia de Implantação do Modelo de Policiamento Rural Georreferenciado

Para a implantação do Modelo de Policiamento Rural Georreferenciado faz-se necessário dividir o processo em 12 (doze) etapas:

1) Promover reuniões com os produtores e entidades representativas destes, para apresentação do projeto, na ocasião busca-se sensibilizar os presentes e firmar parcerias;

2) Selecionar os policiais que serão engajados no projeto, levando em consideração as características pessoais e a capacidade de adaptabilidade destes as necessidades operacionais daquele. Com o escopo de balizar as ações das equipes em campo será confeccionado documento Normas Gerais de Ação – NGA da Patrulha Rural Georeferenciada do 3º BPM. Será ainda proposto ao comando da PMRO um POP (Procedimento Operacional Padrão) sobre o mesmo assunto.

3) Iniciar um programa de treinamento com o escopo de capacitar os policiais à execução das atividades de patrulhamento rural com ênfase na filosofia de polícia comunitária e respeito à dignidade da pessoa humana;

4) Dividir a área da sede do 3º BPM em quadrantes, escolhendo um destes para início de um projeto piloto;

5) Realizar visitas aos produtores do quadrante escolhido, e, tendo em vista a filosofia da polícia comunitária, buscar nessa oportunidade, uma aproximação com estes. Na ocasião será apresentado o trabalho da patrulha rural, bem como as potencialidades de uma interação entre polícia militar e produtores. Será apresentada a disponibilidade do serviço policial e uma nova dinâmica de atuação, que objetiva facilitar o acesso da população aos serviços da polícia militar. Nessa, os policiais militares registrarão as coordenadas geográficas da propriedade, criando um endereço e uma rota de acesso, visando minimizar o tempo resposta da Polícia Militar, visto que qualquer policial militar poderá chegar até o local de forma eficiente, tornando a ação policial mais eficaz. Será ainda criado um cadastro contendo a marca do gado existente na propriedade, as informações das pessoas que ali residem e trabalham; contatos

(número de telefone para contato, endereço de e-mail, entre outros) dos implementos agrícolas, dos veículos, das construções ali existentes, e toda e qualquer dado de valor para a análise criminal. Ainda nesse momento a propriedade cadastrada receberá um número sequencial que a identificará.

6) Criação de um banco de dados para agrupar de forma organizada os dados colhidos durante as visitas;

7) Formação de um grupo no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, aos moldes do programa Vizinhança Segura, com o escopo de facilitar a comunicação, troca de informações e solicitações das equipes. Essa ferramenta é essencial na zona rural, posto que, em algumas localidades, não há sinal telefônico, mas apenas de internet rural. Cada nova propriedade rural cadastrada tem seu proprietário e familiares adicionados ao grupo de trabalho relativo à sua linha vicinal.

8) O proprietário receberá um modelo de placa de identificação que deverá por ele ser confeccionada e afixada em local visível e estratégico na propriedade. A placa será confeccionada em PVC, com dimensões de 60cmX43cm, devendo conter as seguintes informações: título do projeto, número de cadastro, unidade e telefones de contato da Unidade Policial Militar da área.

9) Realização de ações repressivas de forma pontual, planejadas através de análise criminal, visando cobrir as manchas criminais da região.

10) Avaliação dos resultados obtidos, através de tabelas, pesquisas e avaliações *in loco* e reuniões periódicas com os produtores, bem como, pesquisa de satisfação realizada junto ao público externo e público interno.

11) Reavaliação do processo, correção de possíveis falhas;

12) Retomada das visitas comunitárias de forma periódica, objetivando estreitar o relacionamento com essa população.

Da Execução e Operação do Policiamento Rural Georreferenciado

As ações do modelo de Policiamento Rural Georreferenciado serão executadas pelos policiais do grupamento do PATAMO/2ª CIA/3º BPM, coordenados pelo Comandando da 2ª CIA PM /3º BPM, este ainda terá a incumbência de manter o comando do 3º BPM a par das ações desenvolvidas e seus resultados. Devendo manter contato rotineiro com o chefe do Núcleo de Inteligência e P-3 da Unidade, a fim de repassar os dados colhidos para devido tratamento e obtenção das informações que irão subsidiar a tomada de decisões operacionais para solução dos problemas de segurança pública da área atendida.

Das Ações Preventivas e Repressivas

O modelo de Policiamento Rural Georreferenciado, para obtenção de melhores resultados, objetiva equilibrar ações de cunho preventivo e repressivo, dando maior ênfase à prevenção, mas atuando pontualmente de forma repressiva.

Buscar esse equilíbrio configura uma das principais barreiras a ser quebrada tanto pelos policiais militares envolvidos, quanto pelos cidadãos atendidos. Nesse sentido o projeto terá grande ênfase no respeito da dignidade da pessoa humana, buscando quebrar o estereótipo de policial truculento, ou policial bonzinho, trazendo à tona a visão de uma polícia técnica profissional e ética, pautada na legalidade.

Os cidadãos deverão ser orientados quanto à necessidade de se extirpar o chamado “jeitinho brasileiro” das relações com os policiais que atuam no projeto. Conscientizá-los da função da PMRO, a qual como polícia administrativa tem por função fiscalizar, sendo detentora do poder de polícia, o qual lhe permite limitar direitos, isto dentro do prescrito em lei, a mesma lei que lhe impõe o poder dever de agir quando verificado ato que configure crime ou infração administrativa que esteja em sua esfera de atribuições.

Para a execução do projeto foram observados os seguintes problemas ou desafios:

- ✓ Sensação de insegurança por parte da comunidade;

- ✓ Dificuldade em se atender a comunidade rural, devido principalmente localização geográfica e endereço não ser claro (ao contrário da zona urbana que possui, ruas, avenidas, bairros bem conhecidos e identificáveis);
- ✓ Desarticular quadrilhas que atuam na região no que tange ao tráfico de entorpecentes, roubo/furto em propriedades rurais;
- ✓ Ações voltadas ao Patrulhamento Rural prejudicadas pela falta de treinamento da tropa;
- ✓ Número limitado de material de menor potencial ofensivo, inclusive de espingardas Cal. 12 o que pode aumentar a taxa de letalidade policial na região;
- ✓ Falta de equipamentos de proteção individual para atender a demanda, por exemplo, coletes balísticos, armamento longo, etc.;
- ✓ Limitação de materiais de Menor Potencial Ofensivo, tais com Taser's, Espargidores de spray de pimenta, dentre outros;
- ✓ Capacidade logística deficitária, capacidade de comunicação extremamente limitada; e,
- ✓ Extensa malha rural, o que dificulta ações preventivas.

Indicativos Ambientais

- ✓ Mesmo com índices criminais controlados a população ainda reclama da falta de segurança nas localidades atendidas pelo 3º BPM;
- ✓ Migração da criminalidade da área urbana para a área rural;
- ✓ Aumento súbito dos índices de roubo, furto, homicídios e invasões de terra na zona rural em razão da parca atividade de Patrulhamento Rural;
- ✓ A inexistência de acompanhamento dos crimes contra a mulher, ou de políticas de amparo;
- ✓ Queda nos índices de roubo e furto na zona urbana;

- ✓ Fortalecimento das relações interinstitucionais;
- ✓ Tropa motivada e comprometida com o serviço policial militar;
- ✓ Grande quantidade de propriedades rurais invadidas.

Diagnóstico Ambiental - MATRIZ SWOT 3º BPM

Pontos Fortes

- ✓ Boa credibilidade da Polícia Militar frente os atores envolvidos direta e indiretamente na segurança pública local;
- ✓ Descentralização da atuação operacional;
- ✓ Missão Institucional da PMRO;
- ✓ Bom relacionamento com demais órgãos de segurança pública;
- ✓ Localização estratégica das frações subordinadas;
- ✓ Planejamento Estratégico através do policiamento orientado a solução do problema;
- ✓ Elaboração do calendário de qualificação da tropa através de instruções, planos de treinamento, palestras e reuniões;
- ✓ Existência de canil na sede do 3º BPM, o qual atua em parceria com as Patrulhas Táticas Móveis-PATAMO.

Pontos Fracos

- ✓ Falta de recurso orçamentário para construção, reforma e despesas básicas da sede e Frações subordinadas;
- ✓ Falta de aporte financeiro para efetivação das atividades de ensino e instrução;

- ✓ Falta de aporte financeiro para obtenção de equipamentos e demais demandas logísticas;
- ✓ Extensa malha viária rural e de cobertura pela unidade;
- ✓ Número de viaturas não atende as necessidades do serviço;
- ✓ Falta de materiais de menor potencial ostensivo;
- ✓ Baixa quantidade de equipamentos de proteção individual.

Oportunidades

- ✓ Apoio da Prefeitura Municipal de Vilhena;
- ✓ Cidadãos conscientes de seu papel social;
- ✓ Apoio de Associações de Produtores, Associação Comercial, Associação Industrial e Agências Financeiras;
- ✓ Aproximação do Comandante do 3º BPM de autoridades legislativas estaduais e municipais, o que facilitaria a implementação de convênios e parcerias a fim de captar recursos advindos destas instituições;
- ✓ A existência de Fórum no município de Vilhena onde podem ser apresentados projetos com o escopo de angariar recursos financeiros indispensáveis para o desenvolvimento de ações de segurança pública;
- ✓ O potencial econômico do comércio local, o qual é muito bem desenvolvido e pode oferecer parcerias e aporte financeiros aos projetos do 3º BPM;
- ✓ O potencial produtivo local, cuja economia está baseada predominantemente na pecuária bovina, tornando a região economicamente ativa, viabilizando a obtenção de aporte financeiro para a implementação e desenvolvimento do Patrulhamento Rural na localidade;
- ✓ Facilidade em se oferecer treinamento à tropa tendo em vista o plantel de policiais com conhecimento técnico lotados na Unidade.

Ameaças

- ✓ Ingerência Administrativa por parte de alguns representantes do poder público local;
- ✓ Interferência de decisões políticas e não técnicas;
- ✓ Falta de mão de obra mínima para desenvolvimento de ações eficazes e duradouras;
- ✓ Falta de aporte logístico adequado;
- ✓ Proximidades com a fronteira Brasil – Bolívia, e Rondônia – Mato Grosso;
- ✓ Rotas de tráfico e outros Crimes transfronteiriços.

Atores a considerar

- ✓ Comandante Geral da PMRO
- ✓ Comandante Regional de Polícia Ostensiva – CRPIII
- ✓ Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia;
- ✓ Titular do Juízo da Comarca de Vilhena;
- ✓ Titular do Ministério Público em Vilhena;
- ✓ Delegado titular da Delegacia Regional de Polícia Civil – DRPC em Vilhena;
- ✓ Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia – CBMRO em Vilhena;
- ✓ Prefeito do município de Vilhena;
- ✓ Câmara de Vereadores do município de Vilhena;
- ✓ Associação de Produtores Rurais do município de Vilhena;
- ✓ Associação Comercial e Industrial do município de Vilhena.

Estratégia de Relacionamento com os Atores

- 1) Apresentar as demandas de efetivo, material bélico, EPI, viaturas ao Comando da Corporação através de projetos, informações e reuniões;
- 2) Buscar apoio do Comandante Regional de Policiamento – CRPIII nas ações de caráter regionalizado;
- 3) Realizar reuniões com Deputados da região, com o escopo de angariar recursos através de emendas parlamentares para sanar dificuldades logísticas;
- 4) Apresentar projetos ao Titular do Juízo da Comarca de Vilhena com vistas a levantar fundos mediante alvarás a serem doados ao 3º BPM;
- 5) Buscar parcerias com o Ministério Público – MP a fim de levantar recursos;
- 6) Estreitar os laços com a DRPC local e CBMRO a fim de melhorar o fluxo de informações, objetivando desarticular quadrilhas que atuam na região;
- 7) Realizar reuniões com o poder público local objetivando firmar convênios;
- 8) Firmar parcerias com as associações locais com o escopo de angariar recursos a serem destinados a melhorias voltadas ao serviço operacional.

Quanto às Pessoas/Efetivo (MATRIZ SWOT DA TROPA)

Pontos Fortes

- ✓ Boa disciplina e comprometimento da tropa com a causa policial Militar;
- ✓ Efetivo jovem e em sua maior parte com menos de dez anos de carreira, portanto sem vícios;
- ✓ Tropa motivada;
- ✓ Tropa com grande espírito de corpo.

Pontos Fracos

- ✓ Grande número de policiais que não fixaram residência na localidade;
- ✓ Escalas extras de serviço sem remuneração;
- ✓ Efetivo pouco experiente ocupando funções de comando;
- ✓ Efetivo carente de aperfeiçoamento técnico para desempenho das funções;
- ✓ Falta de um programa de treinamento contínuo;

Oportunidades

- ✓ Possibilidade de desenvolvimento de programas de treinamento através de parcerias público e privadas;
- ✓ Programas de capacitação e de obtenção de bolsas de estudo através de parcerias com instituições de ensino local.

Ameaças

- ✓ Falta de valorização financeira (demora de aumento salarial);
- ✓ Aumento do tempo de aposentadoria;
- ✓ Mudança na legislação penal em decorrência da promulgação da Lei de Abuso de Autoridade.

Descrição de Cenários Por Fatores

Cenário Atual

- ✓ Índices de criminalidade na zona urbana controlados com a maior parte dos principais ilícitos com registro abaixo da estimativa realizada no Sistema Integrado de Análise Criminal - SESDEC/RO.

- ✓ A eficiência da atuação das forças de segurança na área urbana forçou o crime a migrar para a área rural o que gera uma grande sensação de insegurança por parte daquela população.

Cenário Desejado

- ✓ Controlar os índices criminais, objetivando uma queda de 40% destes para o período, bem como adotar providências no sentido de aumentar a sensação de segurança da comunidade, bem como a confiança no serviço da PMRO.
- ✓ Conciliar ações preventivas e repressivas.
- ✓ Incrementar as ações de inteligência na zona rural.

Ações para Alcançar o Cenário Desejado

Ante aos dados obtidos iniciamos a análise do cenário atual e das possíveis ações para alcançar o cenário desejado, para tanto foram feitas algumas reflexões:

1) Os problemas de Segurança Pública que afligem a região estão ligados à sua grande extensão da área rural, às fronteiras nacionais e internacionais, à incidência de crimes ambientais e invasões de terra, rotas de tráfico de entorpecentes, rota de fuga para a Bolívia principalmente para evacuar veículos roubados.

2) Houve um súbito aumento de ações criminosas na área rural despertando uma grande sensação de insegurança.

3) Em 2018 foram computadas 227.627 ações criminosas na área rural em todo o Estado, destes 11.054 fatos foram registrados em Vilhena – RO, 1.965 fatos foram registrados em Cerejeiras – RO e 1800 fatos foram registrados em Colorado do Oeste. Assim, 14.819 fatos se deram na área do 3º BPM, ou seja, a área da Unidade absorveu 6,5 % dos atendimentos que geraram registros estaduais em 2019;

4) Verificou-se ainda que a área do 3º BPM registrou 32 Esbulhos possessórios, 110 crimes contra a vida, 521 roubos, 2.035 furtos, 302 violências domésticas em 2019;

5) Seria necessário implantar o modelo de policiamento rural georreferenciado, inicialmente aos moldes do Projeto Patrulha Rural Georeferenciada da PMGO, com as devidas adequações à realidade da PMRO; e,

6) Levantar as necessidades logísticas e humanas para a implantação do modelo.

Com o escopo de melhor direcionar os esforços do comando da Unidade, este elaborou um Plano de Comando onde foram elencados os eixos de ação a serem adotados na área do 3º BPM. Assim, tem-se que os atendimentos das demandas da comunidade rural são prioridade para o Comando da Unidade. Diante dos fatos a gestão do 3º BPM decidiu desenvolver o Projeto Patrulha Rural Georeferenciada, elaborando um Plano de Ação onde organiza o planejamento das ações a serem desenvolvidas.

Dos Resultados a Serem Alcançados

Descrição das diretrizes

Diante dos fatos apresentados, o Comando do 3º BPM estipulou as seguintes diretrizes:

- 1) Providenciar projeto, bem como os recursos financeiros para a implantação do Projeto Patrulha Rural Georeferenciada na área da sede da Unidade;
- 2) Reduzir em 40% os registros de roubo e furtos na área rural;
- 3) Desenvolver programas de treinamento junto ao efetivo da Unidade;
- 4) Reforçar ações de patrulhamento rural;
- 5) Diminuir os índices globais de registro de ocorrências em 20%;

- 6) Buscar melhorias de efetivo, viaturas e equipamentos;
- 7) Implantar o programa Vizinhança Segura na zona rural;
- 8) Implantar ações de valorização pessoal dos colaboradores do 3º BPM.

Apesar de ser um parâmetro palpável, o mero número de ilícitos não pode ser o único fator a ser avaliadas quanto ao sucesso ou não das ações ora pretendidas. Isso porque, como já explanado, a partir do grau de confiança adquirida no serviço policial militar às solicitações de registro podem aumentar ou diminuir. Fator incontestável, porém, é a satisfação do cidadão usuário dos serviços desempenhados pela Companhia Independente, bem como da sensação de segurança deste. Para tanto é necessária realização de pesquisa de satisfação comparando o “antes” e o “depois” da aplicação das medidas aqui indicadas.

Das Necessidades Logísticas

A inovação tecnológica é uma realidade em todas as organizações, nesse cenário a PMRO está na vanguarda tecnológica dos órgãos de segurança pública em nível Estadual e Nacional.

A utilização de tecnologias e equipamentos modernos é a marca do presente projeto e tendo em vista as atividades a serem desenvolvidas pela Patrulha Rural Georeferenciada faz-se necessário adquirir os seguintes equipamentos: Kits de atendimento pré-hospitalar tático; Veículo aéreo não tripulado – VANT (Drone); Notebooks; GPS; Câmera fotográfica; Veículos adequados; armamento adequado.

Também é necessário realizar treinamento específico da tropa, com o escopo de prepará-la para ações de cunho preventivo e repressivo. O operador de patrulha rural georeferenciada, no estado de Rondônia tem à frente vários desafios, dadas as peculiaridades do Estado que faz fronteira com a Bolívia por onde entram e saem produtos oriundos de ilícitos. Portanto o operador deve ter habilidades no trato com as pessoas de bem que vivem nessas regiões, mas também deve estar preparado

para eventuais confrontos com narcotraficantes, contrabandistas entre outros. Nesse viés a aquisição de materiais para treinamento é de suma importância.

PLANO DE AÇÃO

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	META	METODOLOGIA	CRONOGRAMA	LOCAL
Elaboração do Projeto Escrito	Chefe P-3/3º BPM	Apresentar os objetivos, metas, fases e necessidades para implantação do projeto	Através de pesquisas, levantamentos pertinentes	09.2020	3º BPM
Elaborar Ordem de Serviço	Chefe P-3/3º BPM	-	-	01.2021	3ºBPM
Apresentação do projeto aos produtores e entidades representativas	Cmt 3ºBPM	Sensibilizar os presentes e firmar parcerias	Apresentar projeto de patrulhamento rural as associações de produtores rurais locais e ao Senhor Comandante geral da PMRO	10.2020	3º BPM
Reuniões Comunitárias	Cmt 3º BPM	Levantar as necessidades e anseios da comunidade, bem como apresentar as necessidades logísticas para início das ações descritas no projeto	Colher dados, bem como abrir os canais de comunicação com a comunidade	Início: 11.2020	3º BPM
Apresentação das necessidades logísticas e humanas para implantação do projeto	Cmt 3º BPM	- Mais dez (10) carregadores de carabina Cal. 556; - Mais seis (10) carregadores de fuzil 762; - Mais três carabinas 556; - Substituir os veículos frota	Apresentar as necessidades ao Cmt Geral da PMRO, através de levantamentos e simulações de cenários.	10.2020	3º BPM

		<p>por caminhoneta locada;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mais uma (01) viatura tipo caminhoneta locada; - Obter 16 coletes balísticos para acautelar aos policiais da Patrulha Rural. - obter mais seis ParaFal. 			
Iniciar ações de patrulhamento rural, tradicional de cunho repressivo	Chefe P-3/3º BPM	Providenciar resposta emergencial à comunidade.	Diminuir a sensação de insegurança da comunidade. Inserir as patrulhas no terreno.	Início: 10.2020	3º BPM
Instruir a tropa selecionada para atuar no projeto	Cmt PATAMO	Preparar os policiais, técnica e fisicamente para desenvolvimento das ações em campo	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar calendário mensal de Instruções; - Buscar parcerias com outros órgãos para realização de palestras sobre temas relacionados a sua atividade; - Proporcionar treinamento continuado 	Início: 11.2020	3º BPM
Dividir a área de responsabilidade do 3º Bpm em quadrantes	P-3/3º BPM	Organizar as ações a serem desenvolvidas, racionalizando o processo	<ul style="list-style-type: none"> - Delimitar a área de atuação do 3º BPM; - Dividir a área em quadrantes e nomeá-los. 	11.2020	3º BPM
Levantar qual quadrante é mais apto para se implantar o projeto piloto	P-3/3º BPM	- Iniciar as ações de planejamento para implantação do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> - Levantar dados relativos a ilícitos; - Realizar análise criminal e identificar as manchas criminais; - Levantar os cenários; - Contatar os atores; - Realizar S.W.O.T; 	11.2020	3º BPM

			- Marcar data para início das visitas comunitárias		
Aquisição dos materiais necessários para início das ações	- Parceiros e Cmt do 3º BPM	- Obter aporte financeiro para aquisição dos Kits para dar início ao projeto.	- Apresentar o projeto e seus custos à membros do poder público local e estadual; - Apresentar o projeto à membros da iniciativa privada e sociedade organizada.	03.2021	3º BPM
Programa de Treinamento PtrRural/3º BPM	P-3/3º BPM	- Melhorar a capacidade técnica dos policias	- Capacitar os policiais que atuarão no projeto para o desenvolvimento de suas ações	11.2020	3º BPM
Elaboração da NGA/Ptr Rural	P-3/3º BPM	- Estabelecer normas de atuação para as equipes no terreno	- Estabelecer procedimentos; - Delinear as ações; - Criar um padrão de atendimento; - Sanar eventuais dúvidas; - Orientar os processos.	01.2021	3º BPM
Início das visitas e cadastramento das propriedades	PATAMO	- Iniciar a coleta de dados para alimentar o sistema	- Iniciar ações preventivas; - Colher dados; - Levantar informações; - Iniciar grupos de <i>Whatsapp</i> ; - Incrementar serviço de inteligência	04.2021	3º BPM
Primeira avaliação de resultados	P-3/3º BPM	- Realizar Avaliação dos resultados obtidos, através de tabelas, pesquisas e avaliações <i>in loco</i> e reuniões periódicas com os produtores, bem como, pesquisa de satisfação realizada junto ao público externo e público interno	- Providenciar levantamentos estatísticos de registros de ilícitos no quadrante alvo das ações; - Avaliar andamento do projeto; - Providenciar questionário de satisfação para a comunidade atendida; - Providenciar formulário de satisfação para o efetivo que presta o serviço;	08.2021	3º BPM



			<ul style="list-style-type: none">- Marcar reunião com os parceiros e comunidade para apresentar os resultados;- Levantar as possíveis falhas;- Levantar as possíveis soluções;- Aplicar a solução mais assertiva;- Apresentar os resultados, problemas, soluções adotadas, resultados das pesquisas, ao CRP-III		
Retomada das visitas	PATAMO	<ul style="list-style-type: none">- Estreitar o relacionamento com essa população	<ul style="list-style-type: none">- Fortalecer as práticas pautadas na Filosofia de Polícia Comunitária;- Manter o projeto;- Buscar novas soluções	09.2021	3º BPM
Segunda avaliação de resultados	P-3/3º BPM	<ul style="list-style-type: none">- Realizar Avaliação dos resultados obtidos, através de tabelas, pesquisas e avaliações <i>in loco</i> e reuniões periódicas com os produtores, bem como, pesquisa de satisfação realizada junto ao público externo e público interno	<ul style="list-style-type: none">- Providenciar levantamentos estatísticos de registros de ilícitos no quadrante alvo das ações;- Avaliar andamento do projeto;- Providenciar questionário de satisfação para a comunidade atendida;- Providenciar formulário de satisfação para o efetivo que presta o serviço;- Marcar reunião com os parceiros e comunidade para apresentar os resultados;- Levantar as possíveis falhas;- Levantar as possíveis soluções;- Aplicar a solução mais assertiva;	01.2022	3º BPM



			- Apresentar os resultados, problemas, soluções adotadas, resultados das pesquisas, ao CRP-III		
Avaliar a possibilidade de estender o projeto a outro quadrante	Cmt 3º BPM	- Verificar as possibilidades de se ampliar o projeto;	- Verificar qual quadrante poderá ser atendido pelo projeto; - Levantar as necessidades logísticas e de pessoal; - Verificar se a capacidade logística do 3º BPM comporta a expansão; - Apresentar os dados comparativos ao CRP-III; - Se for o caso iniciar as tratativas com os produtores e entidades representativas da classe.	02.2022	3º BPM

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado diuturnamente busca políticas públicas e novas alternativas com o fito de frear o avanço da criminalidade e da violência. Nesse contexto a filosofia de Polícia Comunitária se apresenta como formadora de elos entre a sociedade e as forças

de segurança pública, no desenvolvimento de ações que visam identificar, priorizar e solucionar os problemas relativos à segurança pública.

Assim, o surgimento de modelos gerenciais apoiados em trabalho em parceria, objetivando o desenvolvimento de ações preventivas, mostra-se oportunidade de eficiência e de sucesso.

Conforme descrito na seção Resultados da Pesquisa, para que a proposta do modelo de policiamento rural georreferenciado tenha resultados relevantes é mister o envolvimento social maciço, dotado de organização e comprometimento com as diretrizes apresentadas, fazendo-se imprescindível o planejamento prévio, para alcançar uma organização comunitária favorável ao que pretende o projeto.

Por isso, é extremamente importante o engajamento com os sindicatos rurais das regiões e também com as associações de classe, as quais se apresentam como facilitadoras na implantação do projeto na área de atuação do 3º BPM.

Portanto, o estudo sinaliza que o modelo de policiamento rural georreferenciado pode ser aplicado como estratégia de gestão em segurança pública, sendo favorável para o avanço nas questões referentes à segurança pública na comunidade, e conseqüentemente, para a melhoria na qualidade de vida de toda a população rural, destacadamente da área do 3º Batalhão da Polícia Militar – 3º BPM, localizado em Vilhena/Rondônia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 set. 2020.

CHESSAIS, Jean Claude. **A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção**. Ciênc. Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 53-69, 1999. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7130.pdf>. Acessado em 06 nov. 2020.

COSTA, Márcia Regina da. **A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?** Perspect., São Paulo, v. 13, n. 4, p. 3-12, 1999. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a01.pdf>. Acessado em 10 set. 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2007.

NETO, Paulo de Mesquita. **Policamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar**. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22232.pdf>. Acessado em 06 out. 2020.

PMGO. Polícia Militar do Estado de Goiás. **Patrulha Rural Georreferenciada**. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/tvpmgo/patrulha-rural-georreferenciada>. Acessado em 06 out. 2020.

PMRO. Polícia Militar do Estado de Rondônia. **Criação da PMRO**. Disponível em <http://www.pm.ro.gov.br/index.php/institucional/criacao-da-pmro.html>. Acessado em 06 nov. 2020.

_____. Polícia Militar do Estado de Rondônia. **Criação do 3 BPM**. Disponível em <http://www.pm.ro.gov.br/index.php/contato/telefones-quarteis/2540-vilhena.html>. Acessado em 06 nov. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ROLDÃO, Vinicius Melo. **Patrulha rural georreferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária**. REBESP v. 11, n.2. 2018. Disponível em <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebesp/article/view/290>. Acessado em 10 set. 2020.